

## CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 14 a 17 de abril de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

### DESTAQUES DA SEMANA

O noticiário semanal traz dois temas que, embora bastante distintos, têm em comum projeções importantes para a realidade mineral do Brasil, refiro-me à notícia sobre negociação da mina de Las Bambas e às matérias enfocando a mineração em áreas indígenas no Brasil.

A primeira, aparentemente um fato corriqueiro de mercado, em que uma grande empresa investe alguns milhões de dólares e vende seu ativo mineiro por alguns bilhões. O interessante, aqui, é a persistência do elevado interesse de empresas da China por metais básicos e, em especial pelos investimentos na América Latina. No tocante à relação desse negócio com a mineração brasileira o que queremos destacar é a total ausência desse tipo de negócio no Brasil há anos. Embora tenhamos registrado pelo menos dois grandes negócios na última década, como a compra da Canico pela Vale e da mineradora de Eike Batista pela Anglo American, no segmento de não ferrosos a paisagem de oportunidades é praticamente deserta, não se vê negócios de escala relevante nem tampouco descoberta que recentes que permitam vislumbrar algo parecido a curto prazo.

Resumindo, o Brasil está cada vez mais dependente de minério de ferro e menos atraente para investimentos em projetos de mineração. No longo prazo, se permanecer este cenário, dificilmente a mineração conseguirá manter sua contribuição estratégica para a economia nacional. Ou nosso subsolo é pobre em metais básicos, ou não estamos desenvolvendo nossa capacidade de exploração mineral. Como nosso território é bastante extenso e sua geologia favorável a conter depósitos de minérios metálicos, me parece que a segunda hipótese é a mais provável. Reforça esse argumento o comportamento volátil das tendências da exploração mineral no Brasil que, afetadas pela instabilidade das políticas públicas voltadas para a mineração, está comprometido em todos seus segmentos: desde a formação de recursos humanos até a disponibilidade de mecanismos de financiamento da atividade. Ou mudamos esse quadro, o continuaremos estagnados, “levando ferro” para o mundo.

Já a questão da mineração em áreas indígenas parece ser um problema insolúvel e, a nosso ver, será efetivamente um problema insolúvel enquanto permanecer a tendência de enfoca-lo sob o prisma da ampliação do isolamento das populações indígenas, partindo-se do pressuposto que a população não indígena só tem interesse na sua espoliação. Essa abordagem começa invariavelmente pelo estabelecimento da separação territorial-“13% do território nacional é de áreas indígenas” – e da separação – *há 240 povos e 896 mil indígenas no Brasil, que falam 154 línguas*”. Enquanto permanecer essa visão excludente não haverá solução. Afinal, se os índios são brasileiros e suas terras integram o Território Nacional é preciso buscar ou construir uma identidade de objetivos no tocante ao seu desenvolvimento e sua inserção na identidade nacional,

respeitadas as características de cada situação antropológico-ambientais das tribos e suas respectivas áreas de domínio, e não o contrário. A permanecer a tendência de se aprofundar o isolamento e o conflito étnico como bases de uma política indigenista, que coloca índios e não índios em lados opostos, não será possível alterar a atual situação de anomia, onde índios e brancos se associam na ilegalidade e se dissociam na legalidade, enquanto ambas as comunidades fingem que nada disso esteja acontecendo e 13% do Território Nacional, uma área quase do tamanho do território Peru, país onde a população indígena representa 73% dos seus quase trinta milhões de habitantes.

*Luciano de Freitas Borges –Ad Hoc Consultores Associados Ltda.*

**1-14/04/2014**

### **Vale: propina de US\$ 8 milhões na 'carajás africana'**

Por O Globo | Agência O

RIO - A história da Vale na Guiné ganhou contornos de romance policial quando veio à tona em 2012 uma investigação do governo daquele país para apurar suspeitas de corrupção no processo de aquisição de direitos exploratórios da reserva de minério de ferro de Simandou, considerada a "Carajás africana", na qual a brasileira Vale e a israelense BSGR são sócias.

O alvo da investigação é a BSGR, que em 2008 conseguiu autorização oficial para explorar metade da reserva por US\$ 170 milhões e, dois anos depois, vendeu 51% do ativo para a Vale por US\$ 2,5 bilhões.

A reserva estava integralmente nas mãos da anglo-australiana Rio Tinto, que por anos a fio não tirou um grama de minério de lá. O governo guineense, então, confiscou metade da reserva e acertou sua concessão à BSGR pouco tempo depois.

Isso aconteceu na gestão de Lansana Conté, que governou a Guiné com mão de ferro por 24 anos até a sua morte, em 2008. Quem assumiu o país foi Alpha Condé, democraticamente eleito e que iniciou ampla revisão dos contratos de mineração. O comitê técnico que investiga os contratos informou na semana passada ter encontrado indícios de que a BSGR subornou com US\$ 8 milhões à mulher de Conté, Mamadie Touré.

Entre as acusações que recaem sobre o sócio da Vale, o israelense Beny Steinmetz da BSGR, estão a distribuição de presentes e pagamento de propina também a funcionários do governo. Entre os mimos estaria uma miniatura de um carro de Fórmula 1 feito de ouro e encrustado de diamantes que teria sido oferecida a um ministro.

O grupo também teria presenteado Conté com um relógio de ouro adornado com diamantes. A viúva de Conté, Mamadie Touré é irmã de Ibrahima Sory Touré, vice-

presidente da BSGR. Este chegou a ser preso pelo governo da Guiné em 2013, mas foi solto sete meses depois sob fiança.

A relação entre os dois irmãos e as supostas práticas de corrupção é alvo de investigação paralela do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e do FBI. MamadieTouré mora nos Estados Unidos e está contribuindo com a investigação americana, num processo de delação premiada.

Na época das denúncias de suborno, a BSGR disse que o carro em miniatura, avaliado entre US\$ 1 mil e US\$ 2 mil, foi dado, em cerimônia pública, ao ministério de Minas, não a um funcionário específico, e negou as demais acusações. A empresa alega que a investigação do governo guineense foi motivada por opositores políticos.

BenySteinmetz não têm bom trânsito com o novo governo democrático. Em fevereiro de 2011, no lançamento da pedra fundamental de Simandou, ainda na gestão de Roger Agnelli na presidência da Vale, Steinmetz foi surpreendido por não ter lugar à mesa de Alpha Condé, onde se sentaram o executivo brasileiro e o ex-presidente Lula, que o havia acompanhado na viagem. Um sinal de que as coisas já não iam bem.

**2-14/04/2014**

## **Destaque**

### **Glencore vende mina**

A Glencore Xstrata informou ontem que fechou um acordo para vender sua mina peruana de cobre Las Bambas para um consórcio chinês, por US\$ 5,8 bilhões. Executivos da Glencore e da China Minmetals, estatal voltada a operações de cobre que liderou o consórcio, assinaram um acordo para a venda de toda a mina, informou a Glencore, por meio de um comunicado.

Fonte: Valor online

**3-14/04/2014**

### **Com revés lá fora, Vale deve mirar no Brasil**

Danielle Nogueira - O Globo

Tamanho do texto **A**

RIO - Em pouco mais de um ano, a Vale sofreu dois reveses em importantes projetos internacionais. Na última semana, o comitê técnico do governo da Guiné divulgou parecer recomendando que os direitos da reserva gigante de minério de ferro de Simandou sejam revogados. A Vale é sócia da BSGR, que pertence ao israelense BenySteinmetz, no projeto. O governo da Guiné acusa Steinmetz de corrupção. Em março de 2013, a Vale anunciou que suspenderia o projeto de potássio Rio Colorado, em Mendoza, na Argentina, após seu orçamento inicial de US\$ 6 bilhões ter praticamente duplicado, para US\$ 11 bilhões. A suspensão ocorreu em meio a críticas

do governo argentino contra a demissão de 6 mil trabalhadores. Desde então, a Vale procura um comprador para a mina, sem sucesso.

Rio Colorado e Simandou eram os projetos ainda em fase inicial mais importantes da Vale no exterior. Com as duas iniciativas praticamente fora do plano de negócios da companhia, analistas acreditam que a mineradora tende a se voltar mais para o Brasil, onde estão concentrados projetos de peso tanto na área de minério de ferro como de fertilizantes.

A Vale entrou em Simandou em abril de 2010, quando concordou em pagar US\$ 2,5 bilhões para adquirir 51% dos negócios da BSGR na Guiné, que detinha concessão em Simandou Sul (Zogota) e licenças de exploração em Simandou Norte (blocos 1 e 2). As duas empresas formaram a *joint venture* VBG. Daquele montante, a Vale desembolsou US\$ 500 milhões. O restante seria condicionado a metas que acabaram não sendo cumpridas. Agora, a Vale corre o risco de ficar sem a mina.

Zogota tem capacidade de produção estimada de 15 milhões de toneladas de minério de ferro por ano - nos blocos 1 e 2 ainda não há projeções precisas. É bem menos que os 300 milhões anuais de Carajás, no Pará. Mas o teor do minério de ferro das duas jazidas é semelhante, um dos melhores do mundo. Quando a empresa pôs os pés na Guiné, as licenças ambientais para o projeto de expansão de Carajás na Serra Sul, o S11D, ainda não haviam sido obtidas - a autorização veio em 2013. Guiné representava um caminho para crescimento no segmento que é o carro-chefe da companhia.

- Há uma possibilidade remota de que o governo da Guiné ofereça a concessão para que a Vale a toque sozinha. Mas, na área de minério de ferro, a Vale vai concentrar seus esforços no Brasil, onde tem o S11D, que vai demandar US\$ 19 bilhões - avalia Lenon Borges, analista de mineração da corretora Ativa.

Mesmo que a Vale consiga a concessão da Guiné, permanecer no país pode não ser interessante, pois alterações recentes no Código de Mineração local determinaram que o governo terá uma participação mínima de 15% em todos os projetos, sem qualquer ônus, podendo adquirir outros 20%. Procurada, a Vale disse que "aguardará a decisão do presidente Alpha Condé em relação à recomendação do relatório" do comitê técnico.

Na área de fertilizantes, Rio Colorado era o maior projeto na carteira da Vale. Sem ele, restam à empresa três projetos de peso: Carnalita, em Sergipe; Kronau, no Canadá; e Bayóvar, no Peru. Este último produz fosfato, enquanto os outros são de potássio. Há projetos de fosfato em Minas Gerais e Moçambique, ainda em fase exploratória. De todos, Carnalita tem relevância estratégica, por se tratar da única chance de a empresa manter sua produção de potássio no Brasil. Hoje, a Vale produz o insumo em Taquari-Vassouras (SE), mas a mina está se exaurindo. A concessão de Carnalita vai até 2043.

Uma briga entre as prefeituras de Capela e Japarutuba, que vão abrigar a unidade de processamento de Carnalita, quase levou a Vale a desistir do projeto. Mas o secretário da Casa Civil de Sergipe, José Sobral, diz que a assembleia legislativa aprovou uma lei que define a partilha do ICMS. A Vale afirmou que aguarda promulgação da lei para dar início ao licenciamento do projeto, orçado em US\$ 2 bilhões.

- Se não der certo em Sergipe, acredito que a Vale deixe o negócio de fertilizantes - afirma Daniela Martins, analista da Concórdia.

Fonte: Extra Noticias

**4-14/04/2014**

**CRESCE O NÚMERO DE EXPORTAÇÕES GOIANAS DE MINÉRIOS**

O setor mineral responde por quase 20% das exportações goianas. No ano passado, Goiás exportou US\$ 1,3 bilhão em minérios, de um total de R\$ 7 bilhões exportados. O maiores destaques foram as exportações de ferroligas, que contribuíram com US\$ 519 milhões, e de sulfetos de minérios de cobre, com US\$ 477,5 milhões.

Até o fim do ano passado, o Estado contava com 10.489 processos ativos de títulos de lavra e 2.577 alvarás de pesquisa em vigor, segundo o DNPM. Só em 2013, foram feitos 1.668 requerimentos de pesquisa e 8 de lavra, que já estariam analisados e aguardando apenas a publicação e assinatura do termo de compromisso.

O chefe do gabinete de Mineração da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás (SIC), Tasso Mendonça, ressalta a importância da produção goiana de minérios. “Além de liderarmos a produção de vários minérios importantes, teremos uma mina de bauxita de classe mundial”, destaca. Além disso, segundo ele, com a produção de terras raras em Minaçu, o Estado passa a ser o único produtor de outros importantes minérios extraídos delas. Uma parceria entre o Instituto EulvadoLodi (IEL Goiás) e as mineradoras Anglo American, AngloGoldAshanti e Votorantim Metais deu origem ao Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), realizado em cinco cidades do Estado: Barro Alto, Niquelândia, Uruaçu, Goianésia e Crixás. O programa visa identificar e capacitar fornecedores que estão localizados nas comunidades onde as empresas operam, desenvolve-los para atuar no segmento de mineração e em outros segmentos de mercado.

Fonte: Jornal O Popular

**5-14/04/2014**

## **MUNICÍPIOS GOIANOS SE DESTACAM NA PRODUÇÃO DE CALCÁRIO PARA CIMENTO**

Vários municípios goianos se destacam na produção de calcário para cimento. O valor dessa produção saltou de R\$ 28,3 milhões em 2010 para R\$ 72,3 milhões em 2012. No mesmo período, a produção subiu de 1,5 milhão de toneladas para 7,5 milhões de toneladas. Grandes empresas como o grupo Cimpor e a Votorantim Cimentos marcam presença no Estado.

A Votorantim está construindo uma nova fábrica de cimentos no município de Edealina, com início da operação previsto para 2015. A extração do calcário será feita nos municípios de Edéia, Edealina e Indiara. Todo projeto receberá R\$ 600 milhões em investimentos. Como o Cimpor conta com uma grande unidade de produção de cimento, a região está se consolidando como um dos maiores pólos cimenteiros do País.

A unidade da Votorantim produzirá 2 milhões de toneladas de cimento por ano, abastecendo Goiás, o Triângulo Mineiro, Norte e Noroeste de São Paulo. Quando a

unidade entrar em operação, serão criados 600 empregos diretos e indiretos. A empresa informa que já estuda novos investimentos no Estado.

O Grupo Pirineus já tem portaria de lavra para extrair o calcário e produzir cimento no município de Indiara. Conforme o diretor do grupo, Domingos Sávio, serão investidos R\$ 350 milhões na unidade, que está em fase de projetos e vai gerar 600 empregos diretos. Segundo ele, a fábrica terá capacidade para produzir 2,5 mil toneladas de cimento por dia.

O Grupo Pirineus possui quatro indústrias em operação no Estado: Araguaia Mineração, no município de Planaltina de Goiás, Fillercal Mineração e Comércio e Calcário Ouro Branco, em Indiara, e Mineração Pirineus em Cocalzinho e Goianésia, além do desenvolvimento e pesquisa de novas jazidas de calcário. O diretor do grupo, Domingos Sávio, informa que um dos produtos é o carbonato de cálcio precipitado, extraído da rocha calcária, usado na produção de pasta dental. É a única empresa que produz a matéria-prima no Centro-Oeste e Norte do País.

### **Formosa**

O município de Formosa também entrou na rota da mineração. A CPX Brasil Mineração e Participações vai investir R\$ 450 milhões em uma fábrica capaz de produzir 35 mil metros cúbicos de cimento, ou 1,2 milhão de sacos por ano, na cidade. A subsidiária da empresa, a CPX Goiana Mineração, já detém uma mina de calcário em Formosa. A intenção é construir a indústria integrada à jazida, num complexo de 100 alqueires.

Além do calcário para cimento, Goiás também produz outros minérios importantes para construção civil, como brita, argila para cimento, areia e ferro. Municípios do Entorno do Distrito Federal se destacam na extração de calcário para cimento, enquanto a brita é mais comum em Aparecida de Goiânia e Santa Helena.

Fonte: Jornal O Popular

**6-14/04/2014**

## **GOVERNO LANÇA PRIMEIRO PLANO DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ**

*Secretária estadual de mineração, Maria Amélia Enríquez, defende que a população conheça as oportunidades e possibilidades da atividade mineradora no Pará*

O governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção (Sedip) e Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom) promove no próximo dia 14 de abril, no Espaço São

José Liberto, em Belém, com a presença do governador Simão Jatene, o lançamento do Plano de Mineração do Estado (PME).

O PME-2030 é o primeiro estadual a ser elaborado no país, traça um perfil do setor mineral do Pará, propõe diretrizes, sugere políticas públicas, estratégicas de governança, bem como objetivos e ações. O documento parte do reconhecimento das potencialidades e das oportunidades que tem uma economia de base mineral. Ele se volta à melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais da população do Estado envolvida direta ou indiretamente com esta atividade.

Elaborado por técnicos da Seicom, com apoio de especialistas e atores envolvidos no setor mineral e, principalmente, a partir de um amplo processo participativo que contou com mais de mil pessoas, o PEM-2030 foi construído ao longo de dois anos, e teve 13 oficinas temáticas realizadas em vários municípios com o objetivo de receber contribuições às políticas para o setor. “Essas oficinas foram realizadas na capital e nas principais cidades mineradoras do estado. Trouxemos especialistas de outras regiões, ouvimos as empresas, o setor público, as lideranças políticas, sindicais e organizações da cadeia econômica”, explica a secretária Maria Amélia Enríquez, doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS/UnB (2007).

Ex-assessora da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia (SGM-MME), Maria Amélia tem se empenhado em prol da criação de uma política pública que mude a visão que a sociedade brasileira, em geral, e os paraenses, em particular, tem da mineração. Para ela, a visão de uma atividade predatória tem que ser compensada pela possibilidade de planejamento e investimento em outras áreas produtivas. “A extração de minérios tem hora para acabar. São bens não renováveis. Por conta disso, precisamos aproveitar muito bem os recursos provenientes desta atividade para gerar oportunidades de um progresso genuíno nas regiões de base mineral. Mas para isso, a população tem que se apropriar do tema e saber os riscos e as potencialidades. Precisamos pautar a sociedade sobre as chances que uma base mineral proporciona”, afirma.

Para se ter uma noção do impacto da atividade no estado e de sua importância para o país, basta dizer que o estado do Pará abrange 14,6% do território nacional, abriga 4% da população brasileira, e é o segundo maior estado minerador do Brasil, superado somente por Minas Gerais.

Entre 1980 a 2013, a exportação de metais e minerais gerou ao país divisas da ordem de 165 bilhões de dólares. O peso da indústria mineral no PIB do Pará é de 26,3%, sendo que 23,5% deve-se à indústria extrativa e 2,9% à indústria de transformação. Muito embora seja pequena a participação nos empregos diretos, em torno 3,3%, dos quais 1,5% na indústria extrativa e 1,8% na de transformação, os empregos totais gerados a partir dos investimentos em mineração se multiplicam por quatro quando são considerados os empregos indiretos, os induzidos e os da infraestrutura de apoio.

Mesmo assim isso é pouco para o que se pode esperar de atividade tão lucrativa. “Precisamos converter esse potencial mineral fantástico em meio efetivo para reduzir o ainda elevado índice de pobreza do Pará, pois eu acredito que a maior riqueza deste Estado é a sua gente. Mas não devemos esquecer que, tão ou mais desafiador, é superar as desigualdades, que estão na origem de grande parte dos problemas sociais que enfrentamos no dia a dia”, afirma o governador Simão Jatene no texto de apresentação do documento de 192 páginas que será entregue à sociedade.

Os dados são suficientes para afirmar que o setor mineral tem o potencial de contribuir decisivamente para o desenvolvimento local e regional, constituindo-se em uma plataforma de oportunidades para alavancar ações estratégicas, desde que haja compreensão mínima sobre os complexos temas do setor.

Estes desafios começam pela problemática da desoneração de ICMS das exportações minerais do Estado. Simão Jatene observa que “há vinte anos exportávamos por volta de um bilhão de dólares em minérios e metais e estes bens contribuía com 16% do ICMS do Estado, hoje, exportamos 13,8 bilhões de dólares desses mesmos bens e a contribuição declinou para 3%”.

“A governança é fundamental para o bom aproveitamento desses recursos. Mas para que haja boa governança é preciso elevar o nível de educação de forma ampla, além de expandir o conhecimento específico sobre o setor. Hoje, infelizmente o nosso povo sabe muito pouco sobre mineração, ainda não nos apropriamos devidamente dessa atividade. Portanto, não conseguimos perceber as oportunidades que gera. Assim, o Plano vem com esse objetivo, entre outros, para preencher parte dessa lacuna”, observa a secretária Maria Amélia.

Fundamental para a viabilização do PEM foi a medida adotada pelo Governo do Pará de recriar a Seicom no final de 2011, por meio da Lei Estadual nº 7.570, de 22/11, com a missão de impulsionar os setores produtivos do Estado, de forma sustentável e, em particular, estabelecer as políticas públicas para o setor mineral. “Já convivemos com a mineração de larga escala há mais de três décadas e esta experiência demonstra que para se avançar de forma decisiva na agregação de valor aos minérios, potencializar benefícios e reduzir externalidades negativas é necessária a ‘mão visível’ das políticas públicas para apontar caminhos e alternativas”, afirma Jatene, defendendo a regulação do setor pelo poder público.

No cumprimento de sua missão, a Seicom iniciou, em fevereiro de 2012, uma série de atividades, por meio de Convênio celebrado com a SGM-MME, envolvendo estudos, relatórios técnicos, oficinas temáticas e reuniões de trabalho, entre outros, que culminaram na elaboração do PME, com foco no longo prazo – PME 2030.

“É preciso destacar que o Plano considera o setor mineral em todas as etapas, desde a pesquisa e a prospecção até a extração, beneficiamento e transformação mineral. Traz uma visão realista do presente e diretrizes claras sobre o futuro a partir desse potencial mineral. É, portanto, uma ferramenta estratégica para que possamos de fato cumprir o



que está disposto no artigo 245 da Constituição Estadual, principalmente no que diz respeito à internalização dos efeitos positivos gerados pela exploração dos recursos minerais e hídricos do Estado”, enfatiza o secretário especial de produção David Leal, que ocupou o lugar de Sidney Rosa na Sedip e atuou na Seicom durante a execução do Plano, quando a atual secretária Maria Amélia era adjunta.

Dessa forma, o setor mineral do Pará, entendido como um conjunto de atividades que abrange desde a prospecção (pesquisa mineral), a lavra (extração mineral), o beneficiamento, até à transformação mineral com a elaboração de produtos finais, passa a contar com uma importante ferramenta de planejamento que indica diretrizes, estratégias e ações definidas pelo Governo do Pará, para nortear os programas necessários ao desenvolvimento do Estado, a partir de sua plataforma mineral.

Assim, o principal objetivo do PME-2030 é servir de instrumento de planejamento para a gestão dos recursos minerais, com base no uso sustentável e na agregação de valor aos minérios e ao território, a fim de promover a competitividade e combater à pobreza e à desigualdade no Pará, por intermédio da geração de emprego, renda e multiplicação de oportunidades.

O PME-2030 oferece, tanto ao setor público, quanto ao setor privado, conteúdos e instrumentos para avançar na boa governança mineral e, dessa forma, criar oportunidades aos que vivem, trabalham e contribuem para o desenvolvimento do Pará.

#### **Serviço:**


O Plano de Mineração do Estado do Pará será lançado oficialmente no próximo dia 14 de abril, às 19h, no Espaço São José Liberto, e foi criado pela nova titular da Secretaria de Indústria Comércio e Mineração (Seicom), Maria Amélia Enriquez.

Fonte: Assessoria de Comunicação Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

**7-15/04/2014**

#### **Mineradora estuda transferir ações de Londres para Moscou**

A iniciativa da Polyus, maior mineradora de ouro da Rússia, é uma resposta às sanções por causa da anexação da Crimeia

Karla Mamona, de  EXAME.COM

O vice-primeiro-ministro da Rússia, Igor Shuvalov, pediu para que as empresas russas listadas em bolsas estrangeiras voltem para a bolsa de Moscou

São Paulo - A Polyus, a maior mineradora de **ouro da Rússia, estuda a possibilidade de transferir suas ações que são listadas na bolsa de Londres para Moscou.**

## **Segundo o jornal Valor Econômico, a iniciativa é uma resposta às sanções ocidentais à Rússia por causa da anexação da Crimeia.**

Na semana passada, o vice-primeiro-ministro da Rússia, Igor Shuvalov, pediu para que as empresas russas listadas em bolsas estrangeiras voltem para a bolsa de Moscou como uma medida de proteção.

**8-15/04/2014**

## **Consórcio chinês compra mina de cobre da Glencore no Peru por US\$6 bi**



(Reuters) - Um consórcio chinês comprou a mina de cobre Las Bambas, do Peru, da Glencore por 6 bilhões de dólares, na maior aquisição chinesa de uma mina, sinalizando a força da demanda de longo prazo pelo metal.

A MMG, empresa listada na bolsa de Hong Kong que é um braço da estatal chinesa MinmetalsCorp, liderou o consórcio em parceria com a GuoxinInternationalInvestment, de Hong Kong, e com a gigante estatal de investimentos Citic Group.

A trading de commodities Glencore havia concordado em vender Las Bambas para garantir aprovação das autoridades regulatórias chinesas para sua compra da mineradora Xstrata.

Pequim impôs essa condição para prevenir que o grupo Glencore tivesse potencialmente muito poder concentrado no mercado global de cobre.

Um comprador chinês já era considerada uma forte possibilidade, dada a disponibilidade de caixa das estatais chinesas e a posição da China como maior consumidor global do metal.

A Glencore receberá cerca de 5,85 bilhões de dólares em dinheiro após a conclusão do negócio, que foi previsto por analistas na faixa de 5 bilhões a 6 bilhões de dólares.

"O negócio destaca a escassez global de grandes depósitos de cobre de alta qualidade e a contínua demanda chinesa por este metal", disseram analistas da Bernstein Research, em nota.

A venda deveria ser concluída até o fim de 2013, mas foi se arrastando devido a divergências sobre preços.

A mina peruana deverá começar a produção em 2015, com uma taxa de mais de 450 mil toneladas por ano nos cinco primeiros anos.

(Por Karen Rebelo em Bangalore e Silvia Antonioli em Londres)

**9-15/04/2014**

## **Rio Tinto: produção de minério de ferro cai 6%**

Agência Estado

A produção de minério de ferro da mineradora australiana Rio Tinto caiu 6% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com os três meses imediatamente

anteriores, para 66,4 milhões de toneladas. Ante o mesmo período do ano anterior, a produção subiu 8%.

A Rio Tinto explicou que o mau tempo em Pilbara, incluindo o ciclone tropical Christine, que fechou portos e operações ferroviárias costeiras no fim de dezembro, prejudicou os esforços para acelerar a produção na região. "Fortes chuvas associadas a esse ciclone e outras condições climáticas adversas em janeiro e fevereiro impactaram as operações nas minas, nas ferrovias e nos portos", disse a empresa, em comunicado.

A Rio Tinto manteve a expectativa de produzir 290 milhões de toneladas em Pilbara até o fim de junho, em base anualizada. A mineradora é a segunda maior produtora mundial de minério de ferro, atrás apenas da brasileira Vale.

A produção de cobre também foi menor, caindo 6% entre janeiro e março, na comparação trimestral. A produção em Escondida, mina de cobre no Chile compartilhada com a BHP Billiton e um consórcio japonês liderado pela Mitsubishi, recuou devido a uma piora na qualidade da commodity. Fonte: Dow Jones Newswires.

**10-15/04/2014**

## **BNDES aprova financiamento de R\$ 6,2 bilhões para expansão da Vale**

Por **Alessandra Saraiva | Valor**

**RIO** - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou há pouco, em comunicado, a aprovação de um financiamento de R\$ 6,2 bilhões para projeto de expansão da Vale. Em seu informe, a companhia detalhou que os recursos serão alocados junto aos investimentos de R\$ 37,8 bilhões no Complexo de Carajás (PA) e na Capacitação Logística Norte.

Segundo informações do banco de fomento, e detalhadas no informe, o projeto inclui a construção de unidade mineradora e de beneficiamento de minério de ferro, com capacidade para 90 milhões de toneladas por ano, e de um ramal ferroviário, com 101 quilômetros de extensão, entre as cidades de Canãa dos Carajás e Parauapebas (PA).

Além disso, o projeto da Vale também inclui expansão da capacidade de transporte da Estrada de Ferro Carajás para 230 milhões de toneladas por ano, com duplicação de 42 trechos da estrada.

O BNDES detalhou que o programa da Vale, de expansão da produção de minério de ferro e de sua rede de distribuição, com operação integrada mina-planta-ferrovia-porto, tem início previsto das operações em 2016. Cálculos do banco de fomento apontam que, com o projeto de expansão, deve ocorrer geração de 30 mil empregos diretos no pico das obras e em aumento expressivo das exportações brasileiras de minério, com impacto positivo no saldo da balança comercial brasileira, na avaliação do BNDES.

Em seu comunicado, o banco detalhou que a Vale iniciará a exploração das reservas de Serra Sul, uma das três regiões que compõe o Sistema Norte de mineração, em Carajás, juntamente com as reservas de Serra Norte e Serra Leste. O BNDES lembrou, no informe, que o Sistema Norte contém um dos maiores depósitos de minério de ferro do mundo, e produziu 115 milhões de toneladas em 2013, de alta qualidade, alto teor de ferro e baixa concentração de impurezas, de acordo com informações coletadas pelo banco de fomento.

Os recursos do BNDES não são a única fonte de recursos da Vale para seu empreendimento. O banco lembrou, no comunicado, que o projeto conta com R\$ 1 bilhão em debêntures de infraestrutura emitidas pela empresa em janeiro de 2014, para compor as fontes de recursos da implantação do ramal ferroviário.

O banco lembrou que, a construção do ramal e a ampliação da capacidade da Estrada de Ferro Carajás são parte do projeto de expansão da capacidade de transporte do Complexo Logístico Norte — composto também pelo terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís (MA) — de 150 milhões de toneladas para 230 milhões de toneladas por ano. Após o processo de beneficiamento, o minério é transportado por meio da Estrada de Ferro Carajás até o terminal marítimo de Ponta da Madeira.

*(Alessandra Saraiva | Valor)*

#### **11-15/04/2014**

Acordo no Peru mostra que apetite da China por commodities continua forte  
**Por Chuin - Wei Yap | The Wall Street Journal, de Pequim**

A compra bilionária da mina de cobre peruana Las Bambas indica que a China, o maior comprador de metais industriais do mundo, continua à procura de grandes aquisições estratégicas de ativos de commodities no mercado mundial, apesar de uma série de tropeços que custaram caro ao país.

Ao contrário de alguns empreendimentos da China assolados por atrasos, especialmente no setor de extração de minério de ferro em outros países, o projeto Las Bambas é amplamente visto como um ativo de alta qualidade, sustentado por uma infraestrutura parcialmente desenvolvida e previsões de uma demanda estável de cobre pelo próprio gigante asiático, dizem analistas.

A Glencore Xstrata PLC anunciou no domingo que fechou um acordo para vender toda sua participação na Las Bambas a um consórcio liderado pela MMG Ltd., uma unidade da estatal China Minmetals Corp., por US\$ 5,85 bilhões.

A China Minmetals informou ontem que o acordo com a Glencore, há muito esperado, vai possibilitar que a empresa supere a Jiangxi Copper Co. como a maior mineradora de cobre da China e se posicione entre os dez maiores produtores do metal no mundo. Segundo a empresa, a transação marca a maior aquisição de um projeto de mineração já feita pela China no exterior.

A compra da Las Bambas ocorre num momento em que um declínio global nos preços do cobre complicam as perspectivas do mercado. Uma recessão prolongada poderia deixar a China com outro ativo pelo qual pagou em excesso. No entanto, a maioria dos analistas diz que a qualidade do minério de cobre da Las Bambas e a perspectiva de longo prazo do mercado de cobre em geral compensam o risco. "O preço está alinhado com as expectativas do mercado", diz Ephrem Ravi, analista da divisão de pesquisa do Barclays.

"Este não foi um negócio de curto prazo para a China. É difícil encontrar uma mina de tão boa qualidade e é uma oportunidade rara", diz Frank Tang, analista de metais do banco de investimentos North Square Blue Oak.

A China não tem um bom histórico de desempenho em alguns grandes negócios de mineração feitos no passado. A maratona de compras liderada pelo governo chinês injetou US\$ 226 bilhões em ativos para a produção de matérias-primas no exterior desde 1995, segundo a Dealogic. Mas, em vários acordos volumosos, as empresas estatais chinesas não conseguiram prever um salto nos custos e antecipar possíveis complicações nos projetos.

Em três casos ocorridos em 2012, projetos relacionados ao aço na Austrália e no Brasil, com um valor combinado de US\$ 10 bilhões, tiveram que ser arquivados por causa do excesso de custos. E em outro grande investimento para o desenvolvimento de minério de ferro no oeste da Austrália - o projeto Sino Iron, da Citic Pacific - os custos acabaram sendo o triplo do orçamento original e a mina demorou sete anos até exportar seu primeiro carregamento de minério, em dezembro. O projeto perdeu o boom mundial do minério de ferro, o principal ingrediente para a produção do aço, que durou vários anos, entrando em operação justamente no início de uma queda prolongada nos preços.

Isso colocou a China em uma posição difícil para achar um equilíbrio entre garantir o fornecimento de matérias-primas e fazer investimentos inteligentes. Em 2012, uma autoridade de planejamento econômico observou que os enormes gastos chineses não resultaram em novas e importantes fontes de minério de ferro para o país. No início do ano, o governo informou que suas estatais de aço continuarão buscando ativos de minério de ferro no exterior, pedindo a elas que façam investimentos mais inteligentes no setor.

A China está investindo pesadamente em outros recursos naturais, apesar de uma desaceleração nos mercados de commodities. Mais da metade dos US\$ 69 bilhões que o país investiu ano passado em aquisições de ativos no exterior foi para negócios de petróleo e gás, segundo a Dealogic. E, neste ano até agora, a estatal CofcoCorp. fechou dois acordos para reforçar a sua posição no comércio global de grãos.

A compra da mina Las Bambas pode ter sido mais fácil de ser arquitetada que a de outros setores. A China já tem uma relação forte com o Peru, o segundo maior fornecedor de concentrado de cobre para o país, depois do Chile. A busca por ativos

adequados também foi bem-sucedida porque o Ministério do Comércio da China pôde efetivamente forçar a Glencore a vender a mina, como condição prévia para a aprovação da fusão entre a negociadora suíça de commodities com a mineradora anglo-suíça Xstrata, poupando a China de ter de peneirar ofertas de ativos de qualidade duvidosa.

Os planejadores estratégicos chineses talvez também tenham sentido menos pressão para fechar rapidamente um acordo, já que a China já recebe cobre de um número maior de países, ao contrário do minério de ferro, para o qual depende de fornecedores da Austrália e Brasil. Entre as fontes de concentrado de cobre à disposição da China estão Canadá, México, Chile, Brasil, EUA, Austrália, Turquia, Filipinas e Indonésia.

O governo chinês muitas vezes contou com a Minmetals quando precisou de uma estatal para conduzir acordos estratégicos para a compra de metais no exterior. Em 2008, a trading de Pequim foi uma das primeiras a obter fontes estrangeiras de metais - nesse caso, uma mina de minério de ferro em Maurítânia, na África Ocidental -, num momento em que Pequim acabava de começar uma campanha para incentivar suas empresas a ter presença internacional. A Minmetals também pagou US\$ 1,4 bilhão pela produtora australiana de zinco OZ Minerals, em 2009.

Uma ampla desaceleração econômica na China, que responde por 40% do consumo mundial de cobre, derrubou os preços do metal no mercado internacional em 10% desde fevereiro de 2013. Mas a demanda da China por cobre, motivada principalmente por seus contínuos investimentos em redes elétricas nas áreas urbanas, continua robusta no longo prazo, segundo analistas.

"O forte crescimento anual de 22% nos gastos chineses em eletricidade nos dois primeiros meses de 2014 reforçaram o ímpeto da demanda, enquanto a oferta enfrenta novos riscos de ruptura em países-chave como a Indonésia", afirmou o Barclays em nota.

Analistas da consultoria estatal de metais AntaikeInformationDevelopmentCo., de Pequim, estimam um aumento de 7% na demanda de cobre este ano na China, com uma provável virada nos preços no segundo semestre. Alguns analistas do setor privado são mais conservadores. O North Square Blue Oak, por exemplo, projeta um aumento médio de 3% no consumo de cobre no país, cerca de metade do crescimento do ano passado.

Estima-se que a mina Las Bambas produza 450.000 toneladas de cobre de alta qualidade ao ano quando entrar em operação, em 2015, informou a Minmetals. No fim de 2013, 56% do projeto estava pronto, segundo a Glencore.

Além da unidade MMG, da Minmetals, o consórcio chinês que comprou a Las Bambas inclui as empresas GuoxinInternationalInvestmentCorp. e Citic Metal Co. Ltd, ambas financiadas pelo governo. A MMG tem 62,5% do consórcio, enquanto a Guoxin tem 22,5% e a Citic Metal, 15%, informou a Minmetals.

**12-15/04/2014**

## **PROJETO REcriA FLORESTA EM 700 HECTARES DE ÁREAS DE MINERAÇÃO**

*Meio Ambiente. Programa começou na década de 1970 em São Mateus do Sul em área equivalente a 848 campos de futebol*

Iniciado em 1977, o programa de recuperação de áreas destinadas a MINERAÇÃO no município de São Mateus do Sul recriou 700 hectares de florestas, tamanho equivalente a 848 campos de futebol com as dimensões do Maracanã (RJ). Ele é desenvolvido pela Petrobras, em ação pioneira no país.

As florestas têm 120 espécies nativas ameaçadas de extinção, entre elas araucária, imbuia, espinheira-santa, carvalho brasileiro e sassafrás. Mais de 5 mil plantas e 50 árvores matrizes foram catalogadas, num raio de 50 quilômetros, em parceria com universidades e entidades que são especializadas na proteção da vida selvagem, de acordo com a Petrobras. Ali, são coletadas sementes, levadas para um viveiro que resulta em 180 mil mudas produzidas por ano. "Com tal variedade de matrizes, buscamos a máxima diversidade genética possível nas florestas. Assim, teremos no futuro uma floresta de área relativamente pequena com uma diversidade genética enorme", explica o engenheiro florestal Julio Skalski, da empresa Global Geomática, que presta apoio à Unidade da Industrialização do Xisto da Petrobras nesse trabalho.

As áreas recuperadas correspondem a 78% das minas de xisto da Unidade da Industrialização. "É um processo contínuo de recuperação. Imediatamente após a extração da jazida de minério, começa a revegetação com espécies nativas. Estabelecemos e cumprimos metas de recuperação e de percentuais de área recuperada em relação à área minerada", afirma o gerente de MINERAÇÃO unidade, Adnelson de Campos.

O trabalho O processo começa com a reconstituição da topografia original, feita, segundo a Petrobras, a partir de "material inorgânico resultante do beneficiamento do xisto e de material mineral e solo vegetal, retirados e preservados pela unidade".

Depois é feito o plantio de plantas rasteiras e gramíneas, seguido do plantio das chamadas espécies pioneiras, como a bracatinga, que ajudam a fixar nitrogênio no solo. São elas também que criam a sombra necessária às mudas de araucária e imbuia, explica a Petrobras.

Fonte: Metro Curitiba

**13-15/04/2014**

## **MORADORES COMEMORAM INSTALAÇÃO DE USINA DE EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO EM SERGIPE**

*Brasil importa 90% de potássio e carnalita vai diminuir essa dependência. Minério deve 'baratear' produção agrícola, pois é base para fertilizantes.*

A implantação do Projeto Carnalita nos municípios de Capela e Japarutuba, ambos em Sergipe, trouxe esperança de dias melhores com mais trabalho e oportunidades. A região, que tem a plantação de cana-de-açúcar como uma das principais atividades rentáveis, vai explorar as riquezas do subsolo. A carnalita é um minério que pode ser transformado em cloreto de potássio, matéria-prima utilizada na produção de fertilizantes. Segundo a Vale, o Brasil importa 90% do potássio que utiliza na agricultura. Essa necessidade vai diminuir com o aumento da produção nacional na usina a ser erguida no limite entre os dois municípios.

Para a dona de casa Edjan Rodrigues Mota, 38 anos, essa notícia despertou a vontade de concluir o ensino médio e de ter uma profissão com carteira assinada. Após parar de estudar duas vezes por causa das dificuldades impostas pela vida, ela decidiu voltar à sala de aula e agora se dedica ao curso de formação em auxiliar técnico em mineração.

“A carnalita representa um sonho para mim. O sonho de voltar a estudar e de poder trabalhar em uma coisa que vai beneficiar tanta gente, que vai ajudar no desenvolvimento da minha cidade. Está muito difícil conseguir um emprego fixo em Capela, nem para trabalhar em casa de família e ganhar um salário mínimo estou conseguindo, por isso prefiro só me dedicar aos estudos agora para traçar um caminho melhor na minha vida”, afirma Edjan. Para ajudar nas despesas de casa ela vende perfumes. Os maiores incentivadores são os cinco filhos dela.

Durante a semana Edjan frequenta as aulas do 3º ano do Ensino Médio e aos sábados se dedica ao estudo do solo, rochas, extração e mineração em um curso que tem sete meses de duração. O investimento mensal que ela faz na qualificação profissional é de R\$ 70, o restante do valor é de custeado através de um convênio entre a administração municipal e a instituição de ensino. “Estou me preparando para o mercado de trabalho, também já fiz curso de informática e quero sempre evoluir”, destaca.

Diante da dúvida sobre o que escolher, a possibilidade de se qualificar em áreas que se enquadrem no trabalho na extração e na usina de beneficiamento da carnalita são apontadas como opções promissoras. “Pensava em fazer faculdade de engenharia em petróleo e gás, mas com a descoberta da carnalita vejo as possibilidades se expandirem para eu não ter a necessidade de sair da cidade para conseguir um bom emprego”, analisa o estudante Edvaldo França Júnior, 15 anos.

Todos os dias o comerciante Edson Silva Menezes, 51 anos, acorda cedo para arrumar a banca de frutas na Praça XV, no Centro de Capela. Lá acaba sendo ponto para uma rápida conversa com os amigos e clientes, onde há 13 anos ele observa o movimento, ainda tímido, da rotina da cidade e fica por dentro dos acontecimentos. “A chegada da usina vai mudar muita coisa por aqui, penso que vai ser bom para os jovens trabalharem e uma oportunidade de eu ter meus filhos e netos por perto”, analisa.



Para receber as mudanças que estão por acontecer, os dois municípios estão fazendo um estudo técnico detalhado sobre a previsão de crescimento populacional, investimentos necessários nos setores de saneamento básico, infraestrutura, cursos profissionalizantes, construção de novas creches e escolas. Além do desenvolvimento do Plano Diretor das cidades para atração de indústrias.

A previsão de um desenvolvimento mais rápido tem uma explicação, devem ser gerados quatro mil empregos diretos e dez mil indiretos durante a implantação do Projeto Carnalita e mil postos de trabalho diretos e mais 2.750 indiretos na fase de operação. Mais empregos fixos, melhor divisão de renda e maior circulação de dinheiro na cidade devem fortalecer o comércio local e atrair novos investidores para área também para os setores industrial e de serviços.

Quem não se qualificar pode acabar perdendo a chance. A dona de casa Maria Berenice dos Santos, 88 anos, sonha em ver o neto Nathanael dos Santos ocupar o tempo livre com algo produtivo. Com 25 anos de idade ele só cursou até o 6º ano do ensino fundamental e ajuda a avó nos afazeres de casa. “Parei de estudar para ajudar em casa, penso em voltar para o colégio. Quem sabe eu não me animo dessa vez. Quero ter um emprego fixo e poder comprar uma casa em Capela e uma em Aracaju com o dinheiro que eu ganhar”, afirma Nathanael. “Seria um orgulho muito grande ver meu neto empregado, vamos ver se ele toma gosto pelos estudos”, revela Berenice.

### **Alimentos mais baratos**

A área onde a usina vai ser construída fica localizada no Povoado Terra Dura pertence à Petrobras e também tem petróleo, mas foi arrendada para que a Vale possa explorar a carnalita durante 30 anos, período previsto até o esgotamento do minério. O acordo de arrendamento foi firmado em abril de 2012 e somente após esse período é que a Petrobras vai poder retirar o petróleo da região. Apesar disso, somente em março deste ano Capela e Japaratuba chegaram a um acordo que trata sobre a divisão dos valores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte (ICMS).

Já no primeiro ano de funcionamento, a unidade deve alcançar a produção de 1,2 milhão de toneladas do cloreto de potássio, quantidade que pode chegar ao dobro com a maturidade do empreendimento. A Usina Taquari-Vassouras, localizada em Rosário do Catete (SE), produz atualmente cerca de 700 mil toneladas por ano. A expectativa é que o potássio produzido em Sergipe barateie o cultivo de alimentos e provoque a expansão do agronegócio, segmento responsável por números positivos na balança comercial do país.

No projeto elaborado pela Vale, estão especificados 75 poços de exploração, sendo cerca de 80% deles localizados na área de Capela e os outros 20% em Japaratuba. Já a usina de beneficiamento ficará no limite entre os dois municípios, a maior parte em

Japaratuba. Também serão construídos dois Centros de Distribuição, um em cada cidade. O valor estimado em investimentos na região chega a R\$ 4 bilhões.

### **Negócios à vista**

No terreno onde a nova usina vai ser instalada nenhum sinal que indique o início das obras, mas a certeza de que o projeto vai ser executado já anima os empreendedores dos municípios beneficiados diretamente.

Com menos de três anos de inaugurada, uma pousada de Japaratuba já deve passar por obras de ampliação. Maria Auxiliadora Sales Hora, gerente do estabelecimento, revela que o tamanho do refeitório vai ter a capacidade duplicada ainda em 2014 e que a quantidade de quartos, que são 12, também deve aumentar nos próximos anos. “Oferecemos as três principais refeições do dia para hóspedes e para clientes de fora também. Já percebemos melhora na ocupação com a estadia com pesquisadores do Projeto Carnalita e de professores de cursos profissionalizantes”, comemora.

O feirante conhecido como Zezinho da Roupa também acredita que os negócios vão melhorar com a construção da usina. “Se melhorar para a cidade melhora para todo mundo. Viajo com os produtos para feiras de vários municípios e percebo que em Japaratuba foi o local onde apresentou maior queda nas vendas nos últimos meses”.

O empresário Arildo Rosa Vieira Barros Filho espera concretizar em breve o sonho de construir um balneário no município de Capela. “Vejo esse investimento cada vez mais próximo. Com o aumento de moradores na cidade e com mais dinheiro circulando tenho certeza que esse será um bom negócio”, afirma. De imediato, o também proprietário de um restaurante já promove melhorias no cardápio e qualificação dos funcionários.

“O município evoluiu ao longo dos anos, mas de forma muito lenta. A carnalita representa o desenvolvimento rápido, mas é preciso que os administradores públicos se planejem e façam o que for melhor para a população. As prefeituras vão receber muito dinheiro e precisam usar bem essa quantia com investimentos na saúde e educação, principalmente. Sem esquecer a criminalidade tende a aumentar junto com o progresso e esse aspecto também deve ser analisado e prevenido”, comenta o representante comercial José Barbosa sob a copa das árvores de uma praça de Japaratuba, local discussão sobre vários assuntos nos intervalos das partidas de dominó.

Fonte: G1

**14-15/04/2014**

### **Análise da venda do projeto de cobre Las Bambas pela Glencore Xstrata**

Fonte: MinesOnline.com

Em 13 de abril de 2014, a Glencore Xstrata Ltda. (LSE:GLEN) anunciou um acordo para a venda do projeto Las Bambas, localizado no Peru, para um consórcio formado pela MMG Limitada (62,5%), a GUOXIN International Investments (22,5%) e a CITC Metal Co. (15%). todas da China, no valor total de USD 5,85 bilhões, em dinheiro, mais todo o investimento e outros custos incorridos no desenvolvimento de Las Bambas no período entre janeiro de 2014 até o fechamento da transação (o qual se espera ocorra antes do término do 3º trimestre de 2014. O capital e os investimentos dispendidos até março de 2014 é estimado em USD 400 milhões.]

O depósito possui certificação JORC (2012) com reservas de 950 milhões de toneladas com teor de 0,80% (cobre contido) e recursos (JORC – 2012) de 1,71 Mt cm teor 0,67% (cobre contido)

O montante total estimado para a transação (aquisição de 100% de Las Bambas) é, portanto, da ordem USD 6,25 bilhões, equivalente a USD 0,374 por libra de cobre contido nas reservas e USD 0,249/libra de cobre contido nos recursos. A negociação está sujeita à aprovação das autoridades reguladoras e dos acionistas da MMG Ltda.

Based on the acquisition of 100% of the Las Bambas Project for a total consideration of US\$6.25B<sup>3</sup> and an exchange rate of AUD/USD:0.9391<sup>4</sup>, the transaction is valued at approximately US\$0.374 (A\$0.398) per reserve pound and US\$0.249 (A\$0.265) per resource pound. The offer is contingent on regulatory approvals as well as the approval of MMG Limited Shareholders<sup>5</sup>.

Reservas e Recursos	Quantidade (Mt)	Teor (% CuEq)	Cobre contido	Valor da Transação (US\$/lb)
Reservas	950	0.80%	16.73	\$0.374
Recursos	1,710	0.67%	25.14	\$0.249

**15-15/04/2014**

## **BNDES aprova financiamento de R\$ 6,2 bilhões para expansão da Vale [Google Plus](#)**

Por **Alessandra Saraiva** | Valor

**RIO** - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou há pouco, em comunicado, a aprovação de um financiamento de R\$ 6,2 bilhões para projeto de expansão da Vale. Em seu informe, a companhia detalhou que os recursos serão alocados junto aos investimentos de R\$ 37,8 bilhões no Complexo de Carajás (PA) e na Capacitação Logística Norte.

Segundo informações do banco de fomento, e detalhadas no informe, o projeto inclui a construção de unidade mineradora e de beneficiamento de minério de ferro, com capacidade para 90 milhões de toneladas por ano, e de um ramal ferroviário, com 101 quilômetros de extensão, entre as cidades de Canãa dos Carajás e Parauapebas (PA).

Além disso, o projeto da Vale também inclui expansão da capacidade de transporte da Estrada de Ferro Carajás para 230 milhões de toneladas por ano, com duplicação de 42 trechos da estrada.

O BNDES detalhou que o programa da Vale, de expansão da produção de minério de ferro e de sua rede de distribuição, com operação integrada mina-planta-ferrovia-porto, tem início previsto das operações em 2016. Cálculos do banco de fomento apontam que, com o projeto de expansão, deve ocorrer geração de 30 mil empregos diretos no pico das obras e em aumento expressivo das exportações brasileiras de minério, com impacto positivo no saldo da balança comercial brasileira, na avaliação do BNDES.

Em seu comunicado, o banco detalhou que a Vale iniciará a exploração das reservas de Serra Sul, uma das três regiões que compõe o Sistema Norte de mineração, em Carajás, juntamente com as reservas de Serra Norte e Serra Leste. O BNDES lembrou, no informe, que o Sistema Norte contém um dos maiores depósitos de minério de ferro do mundo, e produziu 115 milhões de toneladas em 2013, de alta qualidade, alto teor de ferro e baixa concentração de impurezas, de acordo com informações coletadas pelo banco de fomento.

Os recursos do BNDES não são a única fonte de recursos da Vale para seu empreendimento. O banco lembrou, no comunicado, que o projeto conta com R\$ 1 bilhão em debêntures de infraestrutura emitidas pela empresa em janeiro de 2014, para compor as fontes de recursos da implantação do ramal ferroviário.

O banco lembrou que, a construção do ramal e a ampliação da capacidade da Estrada de Ferro Carajás são parte do projeto de expansão da capacidade de transporte do Complexo Logístico Norte — composto também pelo terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís (MA) — de 150 milhões de toneladas para 230 milhões de toneladas por ano. Após o processo de beneficiamento, o minério é transportado por meio da Estrada de Ferro Carajás até o terminal marítimo de Ponta da Madeira.

*(Alessandra Saraiva | Valor)*

**16-16/04/2014**

**BHP Billiton aumenta produção de minério de ferro em 23% no trimestre**

Por **Renato Rostás | Valor**

**SÃO PAULO - (Atualizada às 9h09m)**

A anglo-australiana BHP Billiton produziu 49,6 milhões de toneladas de minério de ferro em seu terceiro trimestre do ano fiscal de 2014, que terminou em março. Prévia operacional divulgada nesta quarta-feira pela empresa mostra que o volume ficou 23% maior do que no mesmo período do exercício anterior.

A companhia informou que o crescimento foi alcançado com melhorias realizadas nos equipamentos de extração e com o aumento da produtividade dos trabalhadores.

Durante os nove meses do ano fiscal, a produção bateu recorde de 147,4 milhões de toneladas, alta de 21% na comparação anual.

A partir do desempenho registrado no período, a BHP elevou suas projeções para o volume a ser extraído até junho, quando o exercício fiscal termina. Antes, o grupo acreditava que poderia atingir 192 milhões de toneladas, mas com os recordes históricos de produção, aumentou a estimativa para 197 milhões de toneladas.

A anglo-australiana também mostrou seus números para a produção de cobre no período. Foram 413,9 mil toneladas extraídas no trimestre fiscal, recuo de 5%. Segundo a companhia, apesar da maior capacidade produtiva, a qualidade do minério encontrado caiu, reduzindo o volume no período.

No acumulado do exercício, a mineradora produziu 1,3 milhão de toneladas do metal, o que significou alta de 2%. Para os três meses que faltam, a empresa espera elevar o volume e atingir total de 1,7 milhão de toneladas.

O relatório de produção traz também os volume de alumínio produzido. Foram 286 mil toneladas durante o trimestre, baixa de 6% em igual comparação. Já a extração de alumina, matéria-prima do metal, foi a 1,3 milhão de toneladas, incremento de 7%. Na divisão de níquel, foram produzidas 34,1 mil toneladas, forte queda de 19%.

Considerando os nove primeiro meses do ano fiscal, a BHP produziu 898 mil toneladas de alumínio, aumento de 3%; 3,9 milhões de toneladas de alumina, crescimento de 7%; e 112,3 mil toneladas de níquel, queda de 1%.

O grupo anglo-australiano ainda demonstrou sua produção de petróleo para o trimestre e o ano fiscal. Os volume extraídos chegaram a 60,9 milhões de barris de óleo equivalente (boe), ou cerca de 677 mil boe diários, entre janeiro e março — alta de 10%. Nos primeiros nove meses, foram 181,3 milhões de boe, ou 671 mil diariamente — melhora de 3%.

“Durante o período, a quarta unidade de pelotização em Samarco [no Espírito Santo] chegou à sua primeira produção”, afirmou Andrew Mackenzie, presidente da BHP, em comunicado. “Nosso cronograma de produtividade continua a entregar resultados ótimos, com recorde de produções”.

**17-16/04/2014**

Rio Tinto vai expandir mina de cobre na Mongólia

Por **James Wilson** | **Financial Times**, de Londres

A Rio Tinto pretende resolver nos próximos cinco meses diferenças com o governo da Mongólia quanto a uma grande expansão de uma mina de cobre, após pedir aos possíveis financiadores do projeto para que estendam o prazo para organizar o financiamento.

O Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (Berd), um dos bancos multilaterais que ajudariam a financiar a expansão da mina Oyu Tolgoi, operada pela Rio Tinto, confirmou que vai prorrogar o prazo para organizar o financiamento do projeto até o fim de setembro.

A Turquoise Hill, empresa canadense controlada pela Rio Tinto que é dona da maior parte da Oyu Tolgoi, informou que todas as partes pediram a extensão do prazo, que havia acabado em março.

O comunicado indica que há consenso entre a Turquoise Hill e o governo da Mongólia, investidor minoritário em Oyu Tolgoi, quanto ao pedido de extensão.

A Rio Tinto diverge com o governo da Mongólia sobre os custos de desenvolvimento da próxima fase da mina, que tem importância tanto para a empresa, já que é seu maior projeto de cobre, quanto para o país. O projeto vai representar cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) da Mongólia.

No caso da Rio Tinto, o investimento em um projeto de cobre também poderia ajudar a diversificar as operações do grupo, altamente dependentes das atividades com minério de ferro.

Depois de a Rio Tinto ter aprovado a expansão de suas minas de minério de ferro na Austrália, a produção cresceu 8% no primeiro trimestre em comparação ao mesmo período de 2013, enquanto as vendas em volume subiram 16%. A produção, no entanto, caiu 8% na comparação ao quarto trimestre de 2013, segundo o grupo.

A mineradora manteve sua meta de produção de minério de ferro e cobre. "A Rio Tinto apresentou um resultado ambíguo no primeiro trimestre, com a produção de carvão e minério de ferro excedendo nossas expectativas, mas com a maior parte das outras commodities ficando abaixo do esperado", disseram analistas da Investec.

Uma das críticas direcionadas à Rio Tinto foi sua participação na mina Grasberg, na Indonésia, onde 33 trabalhadores morreram em 2013, a maioria em um túnel que desabou. A Rio Tinto é sócia minoritária na mina de Grasberg, ao lado da Freeport-McMoRan, que opera a mina.

## **18-16/04/2014**

Demanda por ouro ganha fôlego na China

Por **Nicholas Larkin** | **Bloomberg**

A demanda por ouro na China, que superou a Índia como o maior usuário do produto no ano passado, aumentará cerca de 25% nos próximos quatro anos porque uma maior parte da população se tornará mais rica, conforme o Conselho Mundial de Ouro.

A demanda dos consumidores se expandirá até pelo menos 1.350 toneladas até 2017, disse ontem o Conselho, com sede em Londres, em um relatório. O crescimento pode

ser limitado neste ano depois que um declínio nos preços em 2013 levou os consumidores a fazer mais compras no ano passado, disse o relatório. A China representou cerca de 28% do consumo global do produto no ano passado, estimou o Conselho em fevereiro.

As compras se aceleraram no ano passado, pois os preços caíram 28%, a maior baixa desde 1981, e o país se tornou o maior comprador no lugar da Índia, onde restrições às importações contiveram a demanda. "Embora a China enfrente desafios importantes enquanto tenta sustentar o crescimento econômico e liberalizar seu sistema financeiro, o crescimento nas rendas pessoais e o conjunto de poupanças do público deveriam apoiar um aumento no médio prazo na demanda por ouro, tanto em joias como para investimentos", disse Albert Cheng, diretor de gestão do Conselho para o Extremo Oriente, em um comunicado publicado junto com o relatório.

A demanda por ouro dos consumidores da China aumentou 32%, para 1.065,8 toneladas no ano passado, disse em fevereiro a organização, financiada por produtores. As compras de joias, de quase 669 toneladas, representaram 30% do total global e alcançarão 780 toneladas até 2017, conforme o relatório de ontem. A demanda anual por barras e moedas poderia fiar perto de 500 toneladas para 2018, 25% acima do recorde do ano passado.

As reservas de ouro da China totalizam 1.054,1 toneladas, o que converte ao país no quinto maior proprietário mundial, segundo o Conselho. Os lingotes representam cerca de 1,2% de suas reservas totais, comparados com cerca de 70% nos EUA e na Alemanha, os maiores donos.

"Temos testemunhado surpreendente aumento na demanda pelo ouro dos consumidores em todo o país", afirma Cheng. "A afinidade cultural pelo ouro é profunda na China."

**19-16/04/2014**

## **GOIÁS LIDERA PRODUÇÃO DE NÍQUEL**

Estado concentra 82% da produção nacional e tem 74% das reservas brasileiras, que são exploradas pelas empresas Anglo American e Votorantim Metais.

Goiás já é referência mundial na produção de níquel, graças à presença de gigantes do setor, como as mineradoras Anglo American e Votorantim Metais. O ferroníquel foi o minério mais exportado por Goiás em 2013: US\$ 519 milhões. Cerca de 65% do níquel disponível no mercado é usado na fabricação de aço inoxidável, além de ter aplicação nas indústrias aeronáutica, de produtos médicos e odontológicos, alimentícia, química e de higiene. Goiás é o maior produtor de níquel do País, com 82% da produção nacional, e detém 74% das reservas brasileiras.

A Anglo American tem duas unidades de produção de níquel no Estado: a Codemin, em Niquelândia, e o Projeto Barro Alto, no município de mesmo nome. O presidente dos Negócios Níquel, Nióbio e Fosfatos da Anglo American, Ruben Fernandes, informa que

Barro Alto e Niquelândia têm capacidade para produzir 40 mil toneladas de níquel contido em ferroníquel. A maior parte, cerca de 30 mil toneladas, saem de Barro Alto, que começou a operar em 2011. A unidade recebeu US\$ 1,9 bilhão em investimentos.

A Codemin, em atividade desde 1982, tem uma mina menor e utiliza parte do minério extraído em Barro Alto. A empresa gera 560 empregos em Niquelândia, enquanto outros 800 postos de trabalho foram abertos em Barro Alto, o que trouxe grande desenvolvimento ao município.

A China é o maior comprador do níquel extraído em Goiás, mas lembra que no Brasil também há um mercado importante para a indústria de aço inoxidável. “Sempre tivemos muito apoio do Estado de Goiás, que tem uma forte vocação para a mineração”, frisa.

Fonte: Jornal O Popular

**20-16/04/2014**

## **LOGÍSTICA**

### **Vale conclui venda de participações à VLI e FI-FGTS**

A Vale concluiu a transferência de 20% do capital total da VLI para a Mitsui & Co. Ltd. por R\$ 1,5 bilhão e 15,9% para o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), cujos ativos são administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo valor de R\$ 1,2 bilhão. A operação foi anunciada em 18 de Setembro de 2013. Os valores provenientes da venda para o FI-FGTS e R\$ 800 milhões dos recursos da venda para a Mitsui serão compostos de um aporte de capital na VLI, a qual emitirá novas ações para a Mitsui e FI-FGTS. Os valores aportados na VLI serão utilizados para financiar parte do plano de investimentos da VLI. O valor remanescente da transação, R\$ 709 milhões, foi pago diretamente para a Vale pela Mitsui. Conforme anunciado em dezembro de 2013, a Vale também firmou um acordo com o fundo de investimento gerido pela Brookfield Asset Management para a venda de uma participação adicional de 26,5% na VLI, por R\$ 2 bilhões, que será paga diretamente para Vale. A transação ainda está sujeita às condições precedentes, incluindo a aprovação do Cade e da ANTT. Após a conclusão dessa transação, a Vale deterá 37,6% do capital total da VLI.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 648

**21-16/04/2014**

## **SIDERÚRGICAS**

### **Gerdau lança US\$ 500 milhões em títulos de dívida**

A Gerdau lançou e precificou US\$ 500 milhões em títulos de dívida no mercado internacional, com remuneração de 7,250% ao ano e vencimento em 2044. A operação foi feita através da subsidiária integral GTL Trade Finance Inc. Os títulos terão garantia incondicional e irrevogável das seguintes empresas : Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A. Em nota, a Gerdau informou que os recursos captados serão utilizados para refinar dívidas existentes e para propósitos corporativos em geral.



**22-16/04/2014**

## **BRASIL MINERAL**

### **Empresas do Ano recebem troféus**

No último dia 10 de abril, a revista Brasil Mineral realizou, em São Paulo, a 30ª cerimônia das “Empresas do Ano”, premiação que em 2014 teve como contempladas a Yamana Gold, como Mineração de Grande Porte; a Mineração Caraíba, na categoria Mineração de Médio Porte; a Pedreiras Valéria, como Mineração de Pequeno Porte; a CBMM, como Empresa de Metalurgia e a Gerdau, na categoria Empresa de Siderurgia. O processo de escolha é dividido em duas etapas – na primeira, o conselho consultivo da revista elege uma lista de três empresas em cada categoria (Mineração de Grande, Médio e Pequeno Porte), Siderurgia e Metalurgia, obedecendo a critérios como investimentos em novos projetos, desenvolvimento tecnológico, política ambiental, política de recursos humanos e relações com as comunidades. Em seguida, a lista com as três indicadas é submetida à votação direta dos leitores da Brasil Mineral. Abrindo a premiação, a conselheira da revista, Maria José Salum – na ocasião também coordenando a cerimônia, falou aos presentes sobre a importância do prêmio concedido pela publicação, ressaltando que a mineração é atividade essencial para o desenvolvimento do país como fator gerador de emprego e renda, mas que agregar bases sustentáveis ambientais e sociais tem sido meta do setor – “é um caminho sem volta: a valorização crescente dos princípios de sustentabilidade”. Em seu discurso, o diretor Editorial da revista Brasil Mineral, Francisco Alves, salientou que em 2013 o setor mineral “andou meio de lado”, consequência da baixa generalizada do preço das commodities minerais, que coincidiu com o clima de incertezas geradas pelo processo de discussão do novo marco regulatório que pretende introduzir mudanças importantes nas regras estabelecidas para o exercício da atividade. Iniciando a premiação, o presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral, Elmer Prata Salomão, entregou o troféu de Mineração de Pequeno Porte à Pedreiras Valéria, representada na ocasião pelo diretor Luis Galvão. O prêmio de Empresa de Siderurgia foi entregue por Alfredo Huallem, presidente da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração, ao diretor Executivo da Gerdau, Sr. Marcos Rocha Duarte. A secretária da Indústria, Comércio e Mineração do Pará, Maria Amélia Enriquez, fez a entrega do prêmio a Eduardo de Come, diretor financeiro da Mineração Caraíba, empresa eleita na categoria Mineração de Médio Porte. O troféu da categoria Empresa de Metalurgia foi entregue por Marcelo Ribeiro Tunes, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a Tadeu Carneiro, CEO da CBMM. Por fim, Carlos Nogueira da Costa Jr, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, foi portador do troféu de Mineração de Grande Porte à Yamana Gold, representada pelo vice-presidente de Administração e Country Manager Brasil, Sr. Arão Portugal. A cerimônia contou também com pronunciamentos do deputado Geraldo Thadeu (presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados), de Carlos Nogueira da Costa Jr. (secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME) e de representantes do Ibram e de representantes dos estados do Pará, Goiás e São Paulo.

**23-17/04/2014**

### **Projetos de lei ameaçam terras indígenas**

Por **Daniela Chiaretti** | De São Paulo

"Os índios estão sob fogo cerrado". A frase, da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, da USP, explicita o sentimento de especialistas em relação à questão indígena no Brasil, às vésperas do Dia do Índio, no sábado. As terras indígenas, que somam 13% do território nacional, estão sendo cobiçadas mais do que nunca. Elas estão fora do mercado, porque a Constituição diz que são da União, com direito e usufruto exclusivo dos índios. Mas tramitam no Congresso dezenas de projetos de lei que ameaçam essas terras. Há projetos de mineração que se sobrepõem a esses territórios e projetos hidrelétricos que o governo quer impulsionar e que afetam povos indígenas. E também terras ocupadas por produtores rurais.

São 240 povos e 896 mil indígenas no Brasil, que falam 154 línguas.

**24-17/04/2014**

### **Cresce disputa pelas terras dos índios no país**

Por **Daniela Chiaretti** | De São Paulo

Em junho de 1988, indígenas de várias etnias promoveram uma vigília no Congresso Nacional para garantir os direitos dos índios no texto final da Constituição

"Os índios estão sob fogo cerrado". A frase, da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, professora emérita da Universidade de Chicago e professora titular aposentada da Universidade de São Paulo (USP), explicita o sentimento de especialistas em relação à questão indígena no Brasil, às vésperas do Dia do Índio, comemorado dia 19. "As terras indígenas e as unidades de conservação, terras mantidas fora do mercado, estão sendo mais do que nunca cobiçadas."

O cerne do conflito é a disputa pela terra. A extensão das terras indígenas no Brasil chega a 13% do território nacional, distribuídas desigualmente. A Constituição diz que a terra indígena demarcada é da União, mas os índios têm direito a usufruto exclusivo.

A maior extensão de terras indígenas está na Amazônia, onde tudo tem grandes proporções - municípios, latifúndios, unidades de conservação. Foi ali, e também no Centro-Oeste, que a maior parte das terras indígenas extensas e contínuas foi reconhecida depois que a Constituição garantiu os direitos indígenas, em 1988. A

demarcação que sobrou fazer é a de terras mais disputadas, mais caras e de histórico de ocupação mais complexo.

No Nordeste, Leste e Sul, os índios vivem em territórios bem pequenos. Os milhares de guaranis-kaiowás confinados em áreas diminutas no Mato Grosso do Sul, ou vivendo à beira das estradas enquanto aguardam solução para o seu caso, constituem o lado mais dramático desse quadro. Os guaranis são o povo indígena mais numeroso do Brasil e se espalham pelo Mato Grosso do Sul, pelas fronteiras com Paraguai e Argentina e também pelo Estado de São Paulo.

Segundo dados de 2010, do IBGE, existem 240 povos indígenas no Brasil. Falam 154 línguas. Embora alguns povos estejam ameaçados de extinção, a população indígena vem crescendo. Eram 896.917 no último Censo.

"Trata-se de um mosaico de microssociedades", diz o catálogo da exposição "Povos Indígenas no Brasil", que está no Parque Ibirapuera, em São Paulo, organizada pelo Instituto Socioambiental, o ISA. "Metade das etnias tem uma população de até mil pessoas, 49 etnias têm parte da população habitando países vizinhos e há 60 evidências de povos 'isolados'".

Na outra ponta estão dezenas de projetos de lei tramitando no Congresso e que ameaçam terras indígenas e novos processos de demarcação. Há projetos de mineração que se sobrepõem a esses territórios e projetos hidrelétricos que o governo quer impulsionar e que afetam povos indígenas. No Centro-Oeste, terras que índios reivindicam são muitas vezes ocupadas por produtores rurais que têm título expedido pelo Estado.

"Essa é uma semana do índio de pouca comemoração e muita apreensão", diz Adriana Ramos, secretária-executiva-adjunta do ISA, ONG reconhecida pelo trabalho com os índios. "Estamos vivendo momento de grande ameaça aos direitos constituídos e de multiplicação de conflitos, inclusive fomentados por discurso de políticos e representantes empresariais."

Uma das maiores ameaças vem da Proposta de Emenda Constitucional 215/2000. O projeto tira do Executivo a competência de aprovar as demarcações e transfere o processo ao Congresso. Na visão de indigenistas, se aprovado, não haverá novas demarcações de terras indígenas no país. O governo disse ser contrário à iniciativa e a considera inconstitucional. No fim de 2013, foi instalada uma comissão especial para analisar a PEC. No colegiado, a maioria é de deputados ruralistas.

Há ainda projetos de abrir terras indígenas para arrendamento com fins agropecuários ou de mineração", diz Adriana. "Essas propostas são 'vendidas' como alternativas econômicas a populações que vivem em situações de fragilidade. Mas elas se contrapõem ao modo de vida tradicional desses povos", critica. Essas iniciativas operariam em um vácuo deixado pelo poder público. "O Estado dá pouco apoio a

alternativas econômicas condizentes com o modo de vida indígena. Poderia desenvolver o manejo sustentável de produtos da biodiversidade. Extração de óleos da floresta, fibras, frutas, turismo. Tudo isso poderia ser implementado."

"Hoje, a situação é difícil", reconhece o antropólogo Marcio Meira, que esteve à frente da Fundação Nacional do Índio (Funai) de 2007 a 2012, o mais longo presidente do órgão. "Os setores da sociedade que são historicamente anti-indígenas, têm agido de forma muito agressiva, principalmente no Congresso Nacional", avalia. "O centro é a base ruralista. Qual o agravante? Que essa base hoje tem muita força. Boa parte das exportações do Brasil vem daí", diz Meira.

Segundo o antropólogo, "esse poder tem tentáculos" no Judiciário e no Executivo. "Há muitos processos de judicialização das terras indígenas e muitos juízes nos últimos anos têm se manifestado contrários aos índios, com decisões polêmicas." Ele lembra que, dentro do governo, existem ministérios mais favoráveis aos povos indígenas, mas há outros com posições mais conservadoras.

Meira enxerga, também, alguns avanços nos últimos anos. Um dos principais teria sido na área da educação, com o ingresso de índios nas universidades. As estimativas são de que existem 1.700 indígenas em universidades federais, recebendo bolsas de R\$ 900. "É um investimento de R\$ 20 milhões anuais, algo que não existia há um ano."

Os índios têm direito a Bolsa Família e aposentadoria rural. "Mas a saúde indígena ainda tem muito gargalo", afirma o antropólogo. E embora hoje não haja quase nenhuma terra indígena sendo homologada, há alguns casos de desintrusão, o que demanda investimento e esforço enorme do governo. O caso mais famoso é o da terra indígena Awa-Guajá, no Maranhão, iniciado este ano, e depois suspenso para que o Incra encontrasse uma solução para os produtores rurais. Eles tinham que sair da terra e não sabiam para onde ir.

A última homologação de terra indígena no Estado de São Paulo ocorreu há 16 anos, informa Otávio Pentead, assessor de programas da Comissão Pró-Índio SP, no boletim da entidade. No Estado, há 17 terras indígenas em processo de demarcação e estima-se que há outras 16 sem processo iniciado. Mais da metade das 29 terras indígenas de São Paulo não está demarcada, o que deixa a população sem acesso às políticas públicas. São Paulo, segundo a ONG, é a cidade brasileira com mais índios no espaço urbano - seriam quase 12 mil, segundo o Censo de 2010.

"É nas áreas indígenas que se concentram algumas das maiores riquezas do Brasil em termos minerais e de biodiversidade", diz o professor Antonio Carlos de Souza Lima, professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, da UFRJ, referindo-se a terras na região Norte. "São notadamente as mais bem conservadas."

Ele defende uma proposta de educar a sociedade brasileira para valorizar e respeitar a diversidade que há no país. "A primeira coisa é ter a plena consciência de que isso tem

que fazer parte da educação brasileira, que vivemos em um país multicultural e pluriétnico. Com populações que têm direito a viver de acordo com modos diferentes dos cultivados pela sociedade contemporânea", diz. "A conscientização tem que sair das boas intenções e avançar do papel para as práticas."

O Brasil tem há seis anos legislação que regulamenta a obrigatoriedade de ensino, nas escolas, de história e cultura afro-brasileira e indígena. "Essa lei até hoje não é aplicada. Ninguém cumpre", diz Souza Lima. "Todo mundo centra a questão no tema da terra, porque é a defesa mais imediata aos ataques", afirma. "Mas isso não substitui um projeto de longo prazo para esse tema."

"O brasileiro não conhece o Brasil", diz Souza Lima. "Tem que entender que índio que vive nu na aldeia, distanciado de tudo, não é a regra hoje em dia. Até filhos de ianomâmis frequentam escolas e universidades. Ao incorporar certos elementos da sociedade não indígena, eles o fazem de acordo com a sua própria lógica. E por isso não deixarão de ser índios." Segundo o professor, "é fundamental ouvir o que os próprios indígenas têm a dizer sobre os seus projetos e o que têm passado. Isso tem que ser ouvido pelos escalões mais altos da administração".

O governo, no âmbito do Ministério da Justiça, prepara um projeto que altera os procedimentos de demarcação das terras indígenas. A minuta, divulgada há alguns meses, desagradou indigenistas e ruralistas.

Em outra frente, na Secretaria-Geral da Presidência, procura-se estabelecer parâmetros que regulamentem a consulta prévia. Trata-se de pôr em prática o artigo 6 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O tratado versa sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais, foi aprovado em 1989 e começou a vigorar em 1991. O Brasil foi um dos 20 países que ratificaram a convenção, com posterior aprovação no Congresso e promulgação pelo Executivo. A convenção internacional ganhou status de lei.

A Convenção 169 diz que a consulta aos povos afetados por algum projeto tem que ser feita de boa-fé. O governo tem vários projetos de hidrelétricas na Amazônia que afetarão grupos indígenas. A ideia da consulta, segundo algumas interpretações, é que ela teria que ser prévia, livre e consentida. A ideia do veto é debate superado: a meta é ter o consentimento dos afetados ou chegar a um acordo. O problema é que a convenção é genérica, é preciso criar um padrão sobre a consulta. Bolívia, Peru e Chile percorreram essa trilha. No Brasil criou-se um grupo interministerial em 2012, que procura avançar nesse campo.

Enquanto o governo tenta avançar nessa frente, os índios sofrem com a invasão de suas terras por garimpeiros e madeireiros, pela contaminação de recursos hídricos por mercúrio ou agrotóxicos e pela pressão do entorno, segundo indigenistas.

Na visão de Manuela Carneiro da Cunha, a isso se soma "o cerco legislativo, uma investida sem precedentes do Congresso", diz ela. "Desde a Colônia até os anos 90, a legislação sempre declarou os direitos dos índios. Mas era um movimento inócuo, porque ninguém respeitava. Hoje, quando os índios tentam fazer valer seus direitos, tenta-se esvaziá-los."

**25-17/04/2014**

## **Curtas**

### **Vale em Moçambique**

A Vale pretende anunciar o financiamento para os projetos de Moçambique em junho, informou o presidente da companhia, Murilo Ferreira. A mineradora produz carvão em Moçambique no projeto de Moatize, na província de Tete, onde tem capacidade de 11 milhões de toneladas por ano. A empresa tem planos de duplicar Moatize para 22 milhões de toneladas por ano, em um investimento total estimado em US\$ 2 bilhões.

Fonte: Valor